



Saúde mental de policiais militares do Nordeste brasileiro: Uma revisão integrativa de literatura

Taynara Kelle de Menezes Lima¹; Clarissa de Pontes Vieira Nogueira²

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa que objetivou apontar o que a literatura científica discorre acerca da saúde mental de policiais militares do Nordeste brasileiro. A busca de materiais foi realizada em duas importantes plataformas científicas do país: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Periódicos CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Foram empregados para a pesquisa os termos: “Polícia”; “Militares” e “Saúde Mental”. Após aplicação dos critérios de seleção, foram incluídos e analisados 9 estudos. Foram elaborados e discutidos os seguintes tópicos de categorização dos principais resultados encontrados: estresse e burnout; relação entre saúde mental e exercícios físicos; percepção de si e do contexto de trabalho; e questões de gênero. Observou-se que a maioria dos trabalhos apontaram a necessidade de realização de mais estudos com policiais, visando a fomentação de políticas e ações em benefício da saúde/saúde mental desses profissionais.

Palavras-chaves: Saúde Mental; Policiais Militares; Nordeste.

Mental health of military police officers in Northeast Brazil: An integrative literature review

Abstract: The present work is an integrative review that aimed to point out what the scientific literature says about the mental health of military police in the Brazilian Northeast. The search for materials was carried out in two important scientific platforms in the country: Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and CAPES Periodicals - Coordination

¹ Psicóloga. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, *campus* de Sobral. Universidade Federal do Ceará. taynarakmenezes@gmail.com. Sobral, Ceará, Brasil.

² Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), *campus* de Sobral. Doutora em Ciências do Comportamento pela Universidade de Brasília (UnB). Universidade Federal do Ceará, *campus* de Sobral. clarissanogueira@ufc.br. Sobral, Ceará, Brasil.

for the Improvement of Higher Education Personnel. The following terms were used for the research: “Police”; “Military” and “Mental Health”. After applying the selection criteria, 9 studies were included and analyzed. The following topics for categorizing the main results found were elaborated and discussed: stress and burnout; relationship between mental health and physical exercise; self-perception and the work context; and gender issues. It was observed that most of the works pointed to the need to carry out more studies with police officers, aiming at promoting policies and actions for the benefit of these professionals' mental health/health.

Keywords: Mental Health; Military Police; North East.

Introdução

O Brasil é um país de dimensões continentais que após um longo período histórico de governos ditatoriais conseguiu se reestabelecer como democracia. Atualmente é regido pela Constituição Federal (CF) do ano de 1988. Uma das bases do seu pleno funcionamento é a ordem social. No artigo nº 144 da CF está previsto a garantia da segurança pública como um dos fatores de estabilidade social, pois sem ela instâncias como a economia e o convívio cidadão ficam em vulnerabilidade, uma vez que se efetivam a sombra de uma pretensa insegurança que pode colocar em risco a população (AGUIAR; SANTANA, 2018). Ainda conforme a CF, para estabelecer esse importante pilar social, foram criadas organizações competentes, a saber: I- Polícia Federal; II- Polícia Rodoviária Federal; III- Polícia Ferroviária Federal; IV- Policiais Civis; V- Policiais Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Os principais atuantes das políticas de segurança são os policiais. A esses trabalhadores são concebidas as responsabilidades, como, investigar, coibir e prender possíveis infratores das leis, dentre outras (BRASIL, 1988).

Ao destinarmos o enfoque para as Polícias Militares (PM), podemos observar que essas instituições são as que possuem o efetivo maior de integrantes quando comparado com as demais forças policiais presentes no Brasil. Cada estado é responsável pela organização e gerenciamento do seu corpo policial (militar e civil), cabendo aos governadores a posição de chefe maior das organizações policiais (BRASIL, 1988). Uma característica que merece destaque é que o trabalho da PM se efetiva via policiamento ostensivo, logo, de maneira exposta em locais público e em contato direto com a população, isso a diferencia das outras policiais e configura totalmente a forma do profissional atuar (SABOYA; OLIVEIRA, 2017). As atividades baseiam-se na tentativa de prevenir e coibir atos delituosos (FRAGA, 2006).

É comum, em sua atividade laboral, situações de violência que demandam, desses profissionais, decisões rápidas e que colocam em risco tanto sua vida quanto a de outros civis. O contato direto com situações de violência é algo recorrente e que apresenta potencial estressor e interfere também na qualidade de vida (LEITE et al., 2019). Há também outros fatores a serem considerados, como a carga horária de trabalho e a obrigação de carregar equipamentos pesados como coletes a prova de bala, armamentos e munições, entre outras particularidades desse trabalho. Fraga (2006) afirma que é uma das profissões mais expostas aos limites da incerteza da vida. De modo geral, a profissão é caracterizada como arriscada devido à exposição recorrente a situações causadoras de danos aos trabalhadores, a exemplo explícito disso, os conflitos armados.

Estudiosos também chamam a atenção para a visão negativa que a sociedade tem desses profissionais, concebendo assim como pertinente a violência presente na vida desses trabalhadores, tanto em trabalho como em folgas (SOUZA; MINAYO, 2005). Acompanhado dessas características, existe o agravamento do cenário de segurança pública que o país vivencia nos últimos anos, um fluxo crescente de violência urbana e criminalidade. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, na edição do ano de 2021, com dados referentes ao ano anterior, os estados do Nordeste apresentaram crescimento no índice de mortes violentas intencionais. Não existe uma única causa para esse aumento, é algo multifatorial, sendo um dos fatores o aumento da rivalidade entre facções criminosas disputando territórios e aumento da circulação de armas de fogo.

Como citado, cada governador gerencia a Polícia Militar de seu estado. Considerando a quantidade de estados do Brasil (26) e a sua dimensão territorial, deve-se atentar para as diferenças que surgem entre cada corporação, como salários, carga horária, escolaridade, dentre outras características, que influem diretamente e indiretamente na forma de trabalho desses profissionais.

Considerando todo o contexto até aqui descrito, encaminha-se então para a temática da saúde mental, entretanto, antes de abordar diretamente sobre, é necessário contextualizar a compreensão de saúde construída historicamente. Bem aponta Limongi-França e Rodrigues (2012) que, na ciência, foi comum um enfoque aos aspectos biológicos, àquilo que é passível de observação. Isso repercutiu de tal modo que, em contraposição, os aspectos psicológicos por muito tempo foram minimizados. Tal apontamento demonstra um dos paradigmas da construção de modelo de saúde, o modelo biomédico. Já um mais recente paradigma, o da

produção social da saúde, a compreende de forma mais contextualizada, considerando outros aspectos como sociais, econômicos, culturais e ambientais (GAINO et al., 2018).

A Organização Mundial da Saúde (2018, online) define: “A saúde mental é um estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com as tensões normais da vida, pode trabalhar de forma produtiva e é capaz de dar uma contribuição para sua comunidade”. Trata-se de uma definição com base em modelos mais recentes de compreensão em saúde que considera a influência de multifatores, a exemplo os fatores sociais, além dos biológicos.

Levando em consideração a minimização de aspectos psicológicos historicamente existentes, no caso das organizações policiais militares, a identificação de sinais e sintomas de doenças e sofrimento psíquico são ainda mais dificultadas pelos princípios que se baseiam a instituição: hierarquia e disciplina (DOS ANJOS; DE SOUZA; SAMARIDI, 2018). A presença de algumas características culturais da profissão policial, pregam sobre força e coragem, de modo que manifestações de sofrimento, fraquezas e afins não tenham espaço nessas instituições (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Apesar dos policiais possuírem assistência psicossocial como um direito garantido por lei em diversos estados, no cotidiano não é isso que se vê (MELO, 2014).

Dados de um estudo quantitativo que investigou os impactos das atividades profissionais na saúde física e mental, realizado com policiais civis e militares do estado do Rio de Janeiro, constataram que em policiais militares é mais elevada a frequência de sofrimento psíquico e sintomas de ansiedade, como dormir mal, estado de nervosismo, tensão e agitação, dentre outros, e isso está relacionado diretamente às condições de trabalho (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

Além disso, chama a atenção dados do Anuário de Segurança Pública do Brasil que, ao abordar a vitimização de policiais, demonstrou que no ano de 2019 houve mais mortes de policiais na ativa por suicídio do que mortes em confrontos durante o serviço (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Ainda conforme esse mesmo anuário, a taxa de suicídio entre esses profissionais (17,4 por 100 mil) foi quase o triplo da taxa relativa à população geral do Brasil. Os autores apontam que a facilidade do acesso a armas pode ser um agravante na incidência de suicídio por esses profissionais, o que torna mais complexa a prevenção, visto que, o armamento é necessário como ferramenta de trabalho.

O estresse, o risco de vida durante o serviço e fora dele, os conflitos institucionais como o assédio moral, dentre outras adversidades, são fatores que permeiam o trabalho policial, fatores esses que tem suas repercussões na saúde/saúde mental.

Justificativa

Considerando o relevante papel social do policial e os diversos fatores de riscos presentes no cotidiano laboral desses profissionais, como a violência, a pressão social e midiática, emerge cada vez mais uma preocupação com sua saúde. Conforme Limongi-França e Rodrigues (2012), sabe-se que a saúde é algo imprescindível para a realização do trabalho, entendendo-a como um estado harmonioso tanto biológico quanto psicológico e social. Nesse sentido, quando há um desequilíbrio em um dos aspectos biopsicossociais, todos os demais aspectos são conseqüentemente atingidos, alcançando seu contexto laboral, que tem como efeito uma maior probabilidade de erros. Em contrapartida, um estado de equilíbrio (biopsicossocial), propicia um melhor funcionamento humano, inclusive no trabalho dos policiais militares, resultando em uma melhor segurança pública (LIMONGI-FRANÇA; RODRIGUES, 2012).

Desse modo, a importância social desse tipo de estudo se revela frente aos emergentes problemas de segurança pública que o país como um todo vem sofrendo, tanto seus agentes quanto a sociedade. Observando a existência de alguns trabalhos nessa área, a pesquisa se propõe a colaborar com os estudos sobre a realidade social de questões de saúde mental dos policiais militares, de modo que posteriormente possa vir a contribuir com outros estudos e embasar a criação de mais políticas de promoção à saúde destes trabalhadores ou potencializar a eficácia de políticas já existentes. Estima-se também que melhorias no trabalho desses profissionais possam acarretar também melhorias na segurança pública.

A implicação de uma das pesquisadoras em abordar tal tema, surgiu a partir do contato com relatos da vivência cotidiana do trabalho de seu pai, policial militar há mais de 20 anos. O atravessamento de diálogos sobre a profissão despertou o interesse em debruçar-se sobre a questão da saúde mental dessa categoria tão importante e ao mesmo tempo tão negligenciada.

O objetivo geral desta presente revisão bibliográfica integrativa é apontar o que a literatura científica discorre acerca da saúde mental de policiais militares do Nordeste brasileiro. Considerando a grande dimensão territorial do Brasil e as diferenças existentes por região, optou-se por fazer este recorte regional.

Ademais, acrescenta-se também o objetivo que esta revisão narrativa seja um material que possa contribuir com os outros já existentes, e que estes possam servir como base para a formulação de políticas que visem uma melhoria no cuidado em saúde para a categoria profissional.

Assim, os objetivos específicos deste trabalho, visam: a coleta de trabalhos disponíveis que versem de algum modo sobre a temática saúde mental de policiais militares, de estudos realizados no Nordeste brasileiro; Observar e analisar as informações desses estudos e também integrar e discutir sobre os principais resultados encontrados.

Materiais e Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada nos meses de setembro de 2021 a fevereiro de 2022. A revisão integrativa, como bem sugere o termo, traça uma análise a partir da integração do conhecimento já produzido sobre uma determinada temática (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

A pergunta de partida do estudo foi a seguinte: “O que a literatura científica discorre acerca da saúde mental de policiais militares do nordeste brasileiro?”. Em seguida, foram definidos os critérios de inclusão e posteriormente o levantamento de dados.

Para o levantamento bibliográfico, foi realizada a busca de publicações no sítio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Periódico CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Para a pesquisa nesses meios digitais, os descritores foram retirados do sítio do DeCS/MeSH – Descritores em Ciência da Saúde: “Polícia”, “Militares” e “Saúde Mental”.

Os critérios de exclusão foram os descritos a seguir:

- (1) Não correspondência do título do trabalho com o tema de estudo. Foram excluídos estudos que não falavam sobre saúde mental de policiais militares ou algo relacionado. Compreendeu-se como “algo relacionado” os estudos de qualidade de vida, bem-estar, incidência de transtornos, e afins.
- (2) Exclusão por local de realização dos estudos. Foram incluídos apenas os que foram realizados nos estados do Nordeste Brasileiro: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. A identificação do local de estudo ocorreu tanto pela especificação clara nos trabalhos, quanto pelo fato de alguns que não especificaram as cidades e/ou

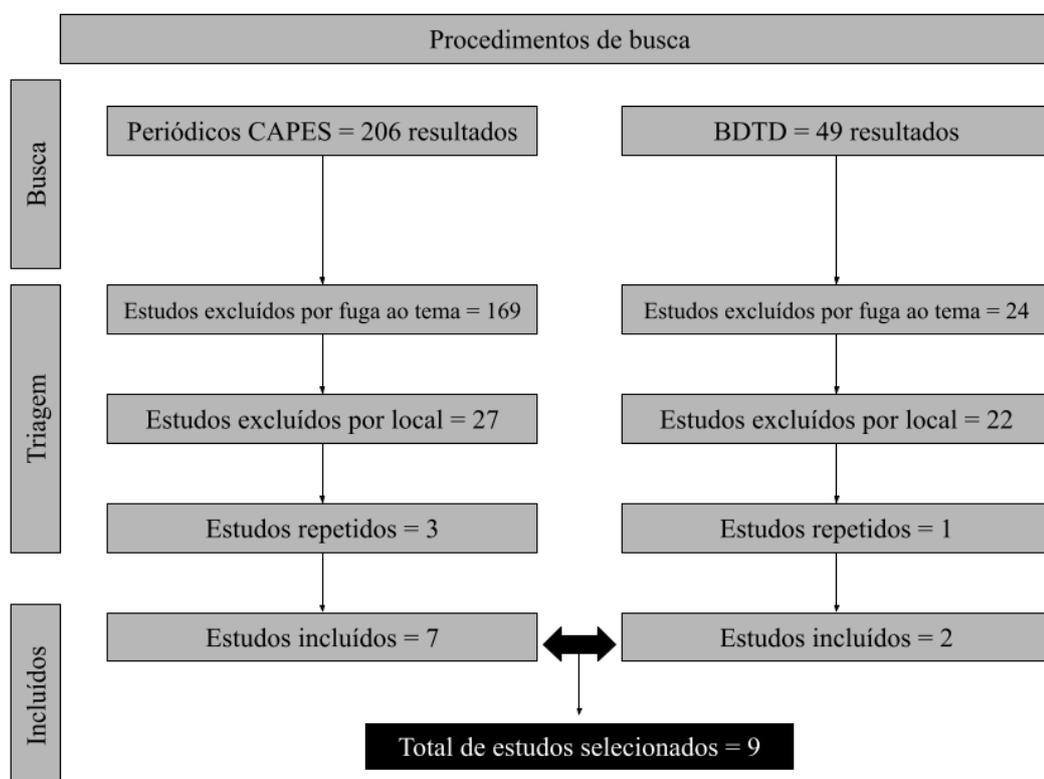
estados, terem sido realizados por instituições de alguns desses estados da região Nordeste.

- (3) Exclusão de documentos não disponíveis na íntegra ou em outro idioma. Foram selecionados apenas os documentos disponíveis na íntegra, publicados em qualquer período, em idioma português.
- (4) Exclusão de revisões bibliográficas. Foram selecionados apenas estudos de campo, de abordagem quantitativa ou qualitativa.

Na Figura 1 estão resumidos os procedimentos de busca. Pontua-se que, por se tratar de um estudo de literatura e os materiais utilizados serem de domínio público, a apreciação ética via comitês não se fez necessária.

Ao todo foram encontrados 255 estudos. Destes, foram excluídos 246, por não se enquadrarem no objetivo de abordar a saúde mental de policiais militares dos estados do Nordeste brasileiro. Sendo assim, 9 estudos foram selecionados para esta revisão.

Figura 1 – Procedimentos de busca.



Fonte: elaborada pelas autoras, 2022.

Resultados e Discussão

O Quadro 1 mostra os estudos incluídos e alguns de seus dados: título, autores, ano de publicação, estado em que o estudo foi desenvolvido, tipo de estudo e base de dados em que o estudo foi encontrado.

Quadro 1– Resultados

	Título	Autores e Ano	Estado	Tipo de estudo	Base de dados
1	Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira	Costa et al. (2007)	RN	Quantitativo	CAPES
2	O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental.	Silva e Vieira (2008)	PB	Qualitativo	CAPES
3	Avaliação da qualidade de vida no trabalho: o caso da polícia militar da cidade de João Pessoa PB.	Melo (2014)	PB	Quanti-quali	BDTD
4	Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares	Alves, Bendassolli e Guedes-Gondim (2017)	RN	Quantitativo	CAPES
5	Estresse laboral e suas consequências psicossociais em policiais militares no exercício de sua função	Alves (2018)	CE	Quantitativo	BDTD
6	Identificação preliminar da síndrome de burnout em policiais militares	Lima et al. (2018)	CE	Quantitativo	CAPES
7	Qualidade de vida dos policiais militares de Vitória da Conquista – BA.	Leite et al. (2019)	BA	Quantitativo	CAPES
8	Nível de atividade física, percepção da qualidade de vida e saúde mental em policiais militares.	Araújo et al. (2020)	SE	Quantitativo	CAPES
9	Atividade física e fatores relacionados a ideação suicida em policiais militares de Sergipe, Brasil.	Nascimento et al. (2020)	SE	Quantitativo	CAPES

Fonte: elaborado pelas autoras, 2022.

Dos 9 trabalhos que abordam temáticas relativas à saúde mental de policiais militares do nordeste brasileiro, destes, 7 são artigos e 2 dissertações. Para a melhor discussão dos resultados, os temas abordados nos trabalhos foram divididos em quatro categorias, elaboradas a partir das temáticas que mais emergiram nos estudos selecionados: (1) Estresse e *burnout*, (2) Relação entre saúde mental e exercícios físicos, (3) Percepção de si e do contexto de trabalho e (4) Questões de gênero.

Estresse e *Burnout*

A relação entre estresse e burnout é um tema bastante debatido na literatura científica, uma vez que burnout é um elevado nível de estresse profissional crônico, um estado de exaustão (LIMONGI-FRANÇA; RODRIGUES, 2012). As situações adversas do trabalho policial fazem com que estes profissionais componham um dos grupos que mais sofrem de estresse (LIMA et al., 2018). Tendo em vista essa consideração, alguns dos estudos se propõem a investigar esse fator e sua repercussão nos policiais militares. Os materiais incluídos para este tópico discutem sobre o estresse sob diferentes perspectivas: a exaustão emocional, os níveis de estresse, a incidência de burnout, entre outros.

Pôde-se perceber em alguns estudos realizados com policiais militares de estados nordestinos, a partir de avaliações de estresse e burnout, importantes diferenças no decorrer dos anos na saúde mental desses profissionais. Em um estudo de Costa et al. (2007), do tipo quantitativo, descritivo e de corte transversal, realizado com 264 policiais militares da cidade de Natal, os resultados apontavam que sintomas de estresse eram presentes em menos da metade (47,4%) dos profissionais participantes do estudo e a maioria desses (39,8%), encontravam-se na fase de resistência, ou seja, uma fase inicial que com o manejo adequado das tensões é possível eliminar os sintomas. Apesar de ser um número inferior ao de profissionais não acometidos por sintomas de estresse, os autores consideraram que este ainda era um percentual preocupante. Entretanto, mesmo sendo preocupante, os autores constataram que os índices encontrados são semelhantes aos índices de estresse da população adulta brasileira. Outro apontamento encontrado também nesse mesmo estudo, mostra que os sintomas prevalentes eram de ordem psicológica, como nervosismo, irritabilidade excessiva, raiva prolongada, cansaço excessivo, irritabilidade sem causa aparente e perda do senso de humor.

Já em uma investigação mais recente, Lima et al. (2018), ao realizarem um estudo de identificação preliminar da síndrome de *burnout* em 80 policiais militares ativos de uma cidade da região metropolitana do Ceará, utilizando como instrumento o questionário preliminar de *Burnout* de Chafic Jbeili, constataram um número considerado alarmante: 87,5% dos participantes estavam em fase inicial de *burnout*. A hipótese levantada pelos autores de um possível contribuinte para esse resultado é o índice de violência da cidade local de estudo, considerando que esta compõe a região metropolitana de Fortaleza, que aparece em primeiro lugar dentre as cidades mais perigosas do Brasil. Outrossim, os autores apontaram,

ainda, para a questão salarial, preocupação com os filhos, questões de gênero e autocobrança desses profissionais como agravantes para suas condições clínicas.

Já em outra investigação quantitativa com 525 policiais militares de um estado do nordeste brasileiro, Alves, Bendassolli e Guedes-Gondim (2017) buscaram saber as relações entre o trabalho emocional e *burnout* em policiais militares. Os autores basearam-se no conceito de trabalho emocional de Hochschild (1983), que pode ser definido como o gerenciamento de demandas emocionais no contexto de trabalho. A autora propõe que existem duas estratégias existentes de regulação no trabalho emocional: atuação profunda e atuação superficial, estratégias opostas, onde respectivamente, uma diz respeito a mudanças de pensamentos para expressões emocionais congruentes, enquanto a outra utiliza-se de dissonância externa entre os sentimentos e suas expressões. Em análises correlacionais de hipóteses, os resultados dessa investigação demonstraram que independente da estratégia de regulação empregada no trabalho por policiais, ambas podem ser preditoras de *burnout*, pelo custo e esforço de cada uma. Outro resultado apontado, foi que as ocorrências no cotidiano desses profissionais, as quais ocasionam variadas emoções, também são preditoras de exaustão emocional. Além do mais, em dados descritivos deste estudo, os autores observaram que o trabalho externo é o principal preditor de *burnout* e alertam que para a preservação do bem-estar desses indivíduos faz-se necessário um melhor preparo deles.

Alves (2018), em um estudo quantitativo com 229 participantes, pautado em delineamento correlacional, realizou uma investigação sobre estresse em policiais militares do Estado do Ceará e expandiu seus estudos a fim de não só descrever, como também verificar como o estresse repercute nesses indivíduos, fazendo correlação com agressividade. Numa inovação de modelo integrativo de estudo, ela realizou uma investigação em lógica sequencial das consequências do estresse. Os instrumentos utilizados pela a autora, foram: Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), Escala de Estresse no Trabalho (EET), Questionário de Saúde Geral (QSG-12), Escala Multi-Atitudinal de Tendência ao Suicídio (EMTAS), Questionário de Agressão de Buss-Perry (BPAQ) e questionário de caracterização da amostra. Os achados encontrados por ela demonstram que o contexto do trabalho policial é preditor de estresse, esse que por sua vez ocasiona um adoecimento mental nesses profissionais, que tem ainda como consequência desse adoecimento um maior desencadeamento de níveis de agressividade. Deste modo, a autora faz um alerta para a importância dos cuidados em saúde e prevenção ao estresse como uma contribuição para a segurança pública, e acrescenta que o cuidado em saúde mental se mostra como uma via que

também merece relevância para o atenuamento de ações agressivas desses profissionais, não somente a via punitiva.

Diferentes trabalhos, em diferentes locais e com diferentes metodologias, avaliaram esta mesma variável. O que é possível observar é que os estudos mais atuais, de 2018, apontam para um preocupante número de profissionais acometidos com estresse 87,5% (LIMA et al., 2018), enquanto estudos mais antigos, de 2007, apontavam taxas de 47,4% (COSTA et al., 2007). Ao analisar tais dados, mesmo com as diferenças existentes devido à falta de produções recentes nos locais onde foram obtidos os dados mais antigos, e vice-versa, levando em consideração o que os autores pontuaram no estudo mais recente sobre o aumento das taxas de violência como contribuinte para esse número alarmante, e considerando também os dados do anuário de segurança pública de 2020 que aponta para o aumento nos índices de violência em toda a região nordeste, é possível então, estimar que, possivelmente, no decorrer dos anos, tenha aumentado o nível de estresse em policiais militares de todo nordeste.

Relação entre Saúde Mental e Exercícios Físicos

É extensa a literatura que aponta que os exercícios físicos são aliados ao bem-estar dos sujeitos, a destacar, os benefícios à saúde mental. Considerando as intempéries que acometem os policiais militares diariamente no exercício de seu trabalho e suas repercussões diretas à saúde mental, alguns estudiosos investigaram os efeitos das atividades físicas nesses profissionais.

Em investigação quantitativa da relação entre atividade física e fatores associados à ideação suicida com 254 policiais militares de Sergipe, considerando a tristeza profunda como um possível indício de ideação suicida, Nascimento et al. (2020) constataram que a atividade física é um fator de proteção contra a tristeza profunda. Isso porque, conforme os resultados da pesquisa, indivíduos ativos fisicamente tiveram menos chances de possuir tristeza profunda.

Araújo et al. (2020), em um estudo quantitativo de recorte transversal, utilizaram instrumentos para avaliar: variáveis antropométricas (IMC), qualidade de vida (QV-OMS), saúde mental (Escala de Ansiedade, Depressão e Estresse-21) e nível de atividade física (*International Physical Activity Questionnaire*). O estudo foi realizado com 30 policiais militares também da Polícia Militar de Sergipe (PMSE). A partir dos resultados foi possível classificar a maioria dos participantes quanto à realização de atividades físicas, como ativo ou

muito ativo, que classificam de maneira positiva sua qualidade de vida e não possuem sintomas de ansiedade, depressão ou estresse. Os autores acrescentam que os resultados deste estudo não podem ser generalizados, uma vez que, os dados encontrados caracterizam-se pelo local desses profissionais, uma cidade de pequeno porte, o que modifica bastante a rotina de trabalho, como por exemplo, com menor frequência de ocorrências de trabalho, e o tamanho da amostra não permite gerar grandes conclusões.

Por outro viés, Lima et al. (2018), no mesmo estudo que já foi anteriormente aqui citado, ao buscar identificar de forma preliminar a síndrome de *burnout* na Polícia Militar do Ceará (PMCE), fez uma relação da síndrome com a prática de exercícios físicos e os resultados apontaram que as atividades físicas em si não previnem esses profissionais dos sintomas, entretanto, previne seus agravos, visto que a maioria daqueles que apresentavam sintomas, estavam apenas em fase inicial. Desse modo, a suposição levantada é que mesmo que os exercícios físicos não previnam totalmente, atenuam o avanço a níveis piores da síndrome de burnout. Nesse mesmo estudo, os autores, considerando a necessidade de uma certa organização do cotidiano para a prática de exercícios físicos, comentam sobre as dificuldades que esses profissionais podem encontrar para conseguirem elaborar uma rotina que inclua a prática de exercícios físicos, e elencam como fatores que a atrapalham, as escalas de trabalho desumanas em turnos variados, somados a outras demandas que não o trabalho, como por exemplo, a atenção a familiar.

Todos esses estudos realizados com policiais militares de estados do nordeste brasileiro que traçaram alguma relação entre exercício físico e saúde mental, apontaram que as práticas apresentavam benefícios no sentido de prevenção. Os benefícios encontrados, a saber, foram: ausência de sintomas de ansiedade, depressão, estresse, a prevenção de agravos de níveis de estresse e até mesmo menor possibilidade de apresentar tristeza profunda. (NASCIMENTO et al., 2020; ARAÚJO et al., 2020; LIMA et al., 2018). Salienta-se que abordagem dessa temática, entretanto, só ocorreu em apenas 2 estados: Ceará e Sergipe.

Percepção de si e do Contexto de Trabalho

As repercussões positivas ou negativas do trabalho na vida dos trabalhadores, tem relação direta com o contexto de trabalho e as relações que nele existem (DEJOURS, 1992). Alguns dos estudos encontrados abordam a percepção e avaliação que os policiais militares

realizaram acerca de seu contexto, como avaliam a qualidade de vida ou qualidade de vida no trabalho. A variedade dos estudos por diferentes locais, trazem diferentes perspectivas.

Em estudo qualitativo na Polícia Militar da Paraíba (PMPB), fundamentado na ergonomia da atividade e na psicodinâmica do trabalho, Silva e Vieira (2008), através de observação do trabalho, pesquisa documental e entrevistas individuais (7 participantes) e coletivas (12 participantes), ao analisarem o processo de trabalho do militar estadual e sua saúde mental, constatou que o policial se encontra sob pressão advindas de três diferentes ordens: a organização do trabalho em si, os fenômenos sociais e a precarização do trabalho. Vale pontuar que parte do estudo foi realizado no mesmo período em que os profissionais dessa instituição reivindicavam através de vigílias em praça pública por melhorias no trabalho. A insatisfação no trabalho foi algo constatado nesse estudo, e os policiais apontaram principalmente para a precarização de seus materiais e aperfeiçoamento profissional, fatores esses externos que contribuem para um constrangimento, demandando a esses indivíduos maiores esforços para desempenharem suas atividades. Acrescenta-se também uma preocupação dos próprios policiais de cargos superiores na hierarquia da instituição, acerca dos problemas que aqueles profissionais ali enfrentam, como alcoolismo, depressão e ideação suicida.

Já em um outro estudo qualitativo com subsídios quantitativos, realizado no município de João Pessoa, com 439 policiais militares de dois diferentes batalhões da PMPB, Melo (2014), ao avaliar a qualidade de vida no trabalho, com um modelo adaptado do instrumento de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), constatou que esses profissionais não estão satisfeitos com sua qualidade de vida no trabalho. A insatisfação ainda pareceu pior em policiais atuantes como guarda de presídio/custódia. Diversas dimensões são avaliadas pelo instrumento QVT, dentre essas, a dimensão “compensação justa e adequada” apresentou pior avaliação, tal dimensão aborda aspectos referente a remuneração (salário e benefícios). Cabe destacar que o maior índice de insatisfação foi com a assistência social e psicológica prestada pela corporação. Ainda nesse trabalho, também foi realizado um questionário de autoavaliação de saúde com esses profissionais. 33,6% dos participantes relataram serem acometidos por alguma patologia. Destacam-se dentre as principais patologias apresentadas: o estresse e a ansiedade/depressão.

Ademais, com resultados que trazem ideias que demonstram oposição com os achados já elencando neste subtópicos, o estudo já citado de Araújo et al. (2020), com o quantitativo de 30 policiais da Polícia Militar de Sergipe (PMSE), indicou bons níveis de saúde mental e

autopercepção da qualidade de vida. Em discussão, tais autores, ao argumentarem sobre fatores associados a esses resultados, pontuaram que fatores sociodemográficos são possíveis justificativas, uma vez que o local de estudo abrange 4 cidades, que juntas somam em torno de 55 mil habitantes, ou seja, cidades de pequeno porte.

Com resultados que vão ao encontro ao estudo supracitado, Leite et al. (2019), em um estudo quantitativo sobre a qualidade de vida realizado na PMBA com profissionais lotados na cidade de Vitória da Conquista, apresentaram resultados que demonstram que os participantes do estudo consideram sua qualidade de vida como boa ou muito boa. O método de estudo foi quantitativo de recorte transversal. O estudo utilizou como ferramenta o questionário SF-36 para avaliar a qualidade de vida e contou com a participação de 59 policiais. Na média dos escores (que vão de 0 a 100, sendo o pior e melhor resultado possível, respectivamente) os participantes apresentaram bons resultados, entretanto os autores chamam atenção que os domínios saúde mental e vitalidade foram os que receberam menores pontuações, mas ainda assim fazem parte dos escores que avaliam esse aspecto como bom, alertando para uma demanda de atenção a esses quesitos.

Sobre a percepção de si e do contexto de trabalho, para uma compreensão mais simples, pode-se dividir os resultados que esses estudos encontraram em dois tipos: avaliações positivas e avaliações negativas.

Uma das corporações de um estado nordestino, a PMPB, mesmo com estudos realizados com uma diferença de 6 anos (2008 e 2014), ao abordarem avaliações dos policiais em relação a seu trabalho, apresentaram resultados parecidos: insatisfação com o trabalho (SILVA; VIEIRA, 2008; MELO, 2014). Em um dos relatos num grupo de debate de um desses estudos (SILVA; VIEIRA, 2008) um dos policiais realizou a seguinte pontuação: “embaixo dessa farda existe um ser humano”. Tal pontuação, demonstra as dificuldades das vivências dessa profissão que demanda muito deles, somada às cobranças, repercutem nessa percepção de desumanização de si mesmo enquanto trabalhador.

Acerca das queixas apresentadas sobre o que causa insatisfação no trabalho, uma das que merece destaque é sobre as escassas condições materiais e de aperfeiçoamento no trabalho. Levanta-se aqui, a reflexão da possível potencialização das repercussões psicológicas dessa escassez material e técnica, uma vez que os profissionais ficam mais expostos a riscos no trabalho. Estima-se que são acometidos pela sensação de insegurança/medo mais intensa em seu trabalho.

Já sobre os resultados que trouxeram as avaliações positivas, o porte da cidade foi algo apontado como possível fator relacionado a isso. Nas cidades pequenas, onde o trabalho é mais tranquilo (menos ocorrências), os profissionais podem ter uma melhor qualidade de vida e saúde mental (ARAÚJO et al., 2020)

Há uma relação mista desses profissionais com o trabalho, mesmo com as adversidades. Os policiais pensam em seu trabalho como algo vocacionado, o que aparenta trazer com isso uma ideia de aceitação dos desafios que eles encontram, também muito relacionado à sua missão de servir (LIMA et al., 2018).

Questões de Gênero

Dentre os estudos analisados, alguns versam de forma breve sobre a questão de gênero, a profissão e repercussões na saúde mental. De antemão, vale pontuar que historicamente, desde os períodos que remontam o nascimento das instituições militares, seu trabalho é composto por indivíduos do sexo masculino. Até os dias atuais essa lógica perdura, haja vista que os certames de concursos públicos dessas instituições, sempre disponibilizam mais vagas para o público masculino. A conquista do espaço feminino nesse trabalho tem sido alcançada em processo lento.

No estudo realizado em Maracanaú-CE, Lima et al. (2018) também observou que todas as policiais femininas participantes do estudo realizado na 2ªcia do 2ºBPM, estavam em fase inicial de *burnout*, achado relevante que merece atenção. Em consonância, nos estudos da cidade de Natal os resultados demonstraram que “as mulheres apresentaram níveis de estresse mais altos do que os homens” (COSTA et al., 2007, p.220). A informação fornecida como possível explicação, aponta a dupla jornada de trabalho a que muitas vezes as mulheres são submetidas: o trabalho e o trabalho doméstico.

Em suma, ainda são poucos os dados sobre essa questão de gênero nos estudos realizados em policiais militares do Nordeste brasileiro. Os dados ainda são insuficientes para realizar mais análises e comparações, entretanto, de algum modo, já alertam que merecem atenção. Foram encontrados dados sobre a relevância de resultados de diferença de gênero em 2 dos trabalhos analisados e tal temática foi abordada de forma breve e com resultados convergentes, os dados mais preocupantes eram sobre mulheres, que apresentavam piores índices de estresse (LIMA et al., 2018; COSTA et al., 2007).

Considerações Finais

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, existem no Brasil mais de 400 mil policiais militares na ativa e, como bem-visto, tanto neste trabalho, quanto em outros já realizados, ainda existem poucos estudos publicados sobre esses profissionais, especialmente relacionado à saúde mental destes (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011). Neste presente estudo, foi possível perceber uma baixa disponibilidade de estudos quanto ao recorte regional (estudos realizados no nordeste do Brasil). Pode se considerar que há um baixo número de estudos, mesmo aplicando como critério de inclusão materiais de qualquer período, desde o início da série de publicações até o ano de 2021.

Quase todos os trabalhos analisados contêm alertas para a necessidade da promoção do cuidado da saúde desses profissionais, além disso, contêm a sugestão de realização de novos estudos de saúde com essa categoria profissional, devido a necessidade de mais dados. A vista disso, cabe pontuar aqui a ausência de estudos em alguns estados do nordeste brasileiro, Alagoas, Maranhão, Pernambuco e Piauí.

As categorias de análise dos resultados e discussão elaboradas discorreram sobre as principais temáticas que mais emergem nos materiais selecionados.

Por fim, é importante também abordar que, por conta da escolha das bases de dados CAPES e BDTD, acredita-se que pode ter ocorrido a perda de dados de alguma outra base de dados que estas não abrangem.

Referências

AGUIAR, M. P.; SANTANA, E. F. A polícia militar na segurança pública do estado democrático de direito brasileiro. **Revista Criminologia e Políticas Públicas**, Salvador, v. 4, n.1. p.82 – 97, jan/jun. 2018. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/4294/pdf11>>. Acesso em: 12 out. 2021.

ALVES, J.; BENDASSOLLI, P.; GUEDES-GONDIM, S. Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 35, n. 3, 459-472, 2017. Disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/4505>> Acesso em: 10 nov. 2021.

ALVES, V. S. C. **Estresse laboral e suas consequências psicossociais em policiais militares no exercício de suas funções**. 2018. 88f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_bd122f17ec70e48b8886a8e60ca2f4a8> Acesso em: 12 nov. 2021.

ARAÚJO, F. M. et al. Nível de atividade física, percepção de qualidade de vida e saúde mental em policiais militares. **Revista Motricidade**, v. 16, n. S1, pp. 113-123, 2020. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/22332>> Acesso em: 12 nov. 2021

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai/ago. 2011. Disponível em: <<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220>> . Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COSTA, M. et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 21, n. 4, p. 217-22, 2007. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/rpsp/2007.v21n4/217-222/pt/>> Acesso em: 18 nov. 2021

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: Estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1992

DOS ANJOS, I. E. P.; DE SOUZA, A. A.; SAMARIDI, I. A Importância da saúde mental no trabalho do policial militar. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-14/>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>> Acesso em: 30 dez. 2021.

FRAGA, C. K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 1-19, dez. 2006. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1033>>. Acesso em: 13 out. 2021.

GAINO, L. V. et al. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 108-116, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762018000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 dez. 2021.

HOCHSCHILD, A. R. **The managed heart**. Los Angeles: University of California Press, 1983.

LEITE, M. L. S. et al. Qualidade de Vida dos Policiais Militares de Vitória da Conquista – BA. **ID on line Rev. Psic.**, v. 13, n. 48, p. 333-341, dez. 2019. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2182>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LIMA, F. R. B. *et al.* Identificação preliminar da síndrome de burnout em policiais militares. **Motricidade**, v. 14, n. 1, pp. 150-156, 2018. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/motricidade>> Acesso em: 12 nov. 2021.

LIMONGI-FRANÇA, A.C.; RODRIGUES, A.L. (Org). **Stress e trabalho**: uma abordagem psicossomática. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELO, M. D. S. **Avaliação da qualidade de vida no trabalho**: o caso da policia militar da cidade de João pessoa - PB. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_8f5e3b6ab78371e013b4ac641c2e4fbb>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, Abr. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/x4dWvKpCDFhmvbY39ncfDHx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

NASCIMENTO, V. M. S. et al. Atividade física e fatores associados à ideação suicida em policiais militares de Sergipe, Brasil. **Motricidade**, v. 16, n. S1, p. 92-103, 2020. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/22292>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

SABOYA, P. C. L.; OLIVEIRA, A. L. **As mudanças na formação do policial militar do Ceará no contexto da segurança pública**. 2017. 133f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22456>>. Acesso em: 16 out. 2021.

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade [online]**, São Paulo, v. 17, n. 4, pp. 161-170, dez. 2008.. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016>>. Acesso em: 14 nov. de 2021.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, pp. 917-928, dez. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000400015>>. Acesso em: dez. de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental health: strengthening our response**. [online] 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>>. Acesso em: dez. 2021.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

LIMA, Taynara Kelle de Menezes; NOGUEIRA, Clarissa de Pontes Vieira. Saúde mental de policiais militares do Nordeste brasileiro: Uma revisão integrativa de literatura. **Id on Line Rev. Psic.**, Julho/2022, vol.16, n.61, p. 40-57, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 01/06/2022;
Aceito 06/01/2022;
Publicado em: 30/07/2022.